

1 Introdução

Ao que nos referimos quando falamos sobre desenvolvimento? Esse conceito parece abranger praticamente qualquer ação humana que traz melhorias para nossa vida. A idéia básica suscitada pela noção de desenvolvimento é a de que existe um caminho que irá levar a uma condição ideal de existência para todos. Contudo, se qualquer ação pode ser caracterizada sob esse rótulo, então o conceito de desenvolvimento perde completamente a sua relevância analítica e prática. Diante desse problema, vários teóricos se incumbiram da tarefa de definir o desenvolvimento.

As definições mais comuns se originam nos anos de 1950 e 1960 quando as agências nacionais e internacionais de desenvolvimento estavam sendo criadas. Naquela época, o desenvolvimento se referia, basicamente, ao crescimento econômico nacional, e as teorias de desenvolvimento prescreviam o acúmulo de capital e o avanço tecnológico como os melhores meios para atingir esse objetivo. Tendo como base a equação Harrod-Domar, que definia “um nível necessário de investimento para se alcançar uma quantidade desejada de crescimento”, (EASTERLY, 2001, p.43), os profissionais que trabalhavam com a questão do desenvolvimento defendiam a possibilidade de se determinar o nível de poupança que os países subdesenvolvidos deveriam ter para que pudessem “decolar” em direção ao desenvolvimento. Diante dessa possibilidade, o tema do desenvolvimento econômico se consolidou rapidamente como um promissor campo de estudos (ESCOBAR, 1995).

Várias críticas foram feitas a esta maneira de se caracterizar o desenvolvimento. A teoria da dependência e teorias de orientação marxista, por exemplo, denunciavam esta noção inicial de desenvolvimento, pois acreditavam que ela contribuía apenas para a consolidação de padrões nacionais e internacionais de dependência entre centros e periferias. O desenvolvimento capitalista, portanto, estaria levando ao aprofundamento da exploração e não a uma melhor qualidade de vida. Fazia-se necessária, portanto, descobrir o desenvolvimento *verdadeiro*, seja este o desenvolvimento socialista ou a busca por uma Nova Ordem Econômica Internacional que fosse mais favorável aos países do Terceiro Mundo (RIST, 1997).

Mais recentemente, podemos observar várias tentativas de se definir o desenvolvimento de maneiras que escapam do enfoque econômico e nacional. A noção de “desenvolvimento humano”, por exemplo, busca lidar com o fato de que o crescimento econômico não traz necessariamente melhores condições de vida. A distribuição de rendas e outras variáveis não econômicas, como a educação, a liberdade e a expectativa de vida, são tão importantes quanto o crescimento. Define-se o desenvolvimento humano, portanto, como

um processo no qual se ampliam as escolhas do ser humano. Como princípio, essas escolhas são infinitas e podem se modificar ao longo do tempo. Não obstante, em todos os níveis de desenvolvimento, as três mais essenciais são: desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários para obter um nível de vida decente. Se essas escolhas essenciais não estão disponíveis, muitas outras oportunidades serão inacessíveis (...) De acordo com essa concepção de desenvolvimento humano, a renda é apenas uma das opções que as pessoas desejariam ter, mesmo sendo bastante importante (...) O desenvolvimento deve ser, portanto, muito mais do que a mera expansão da renda e da riqueza. O seu foco deve estar nas pessoas (PNUD *apud* RIST, 1997)

Uma outra noção que surge é a de “desenvolvimento sustentável”. Esse conceito revela uma preocupação com as conseqüências ambientais do desenvolvimento, buscando, assim, que este “procure satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (NAÇÕES UNIDAS, 1988, p.8). O desenvolvimento não deve ser interrompido, mas ele deve proceder de uma maneira que não esgote os recursos naturais da terra.

Um conceito que adquiriu importância nos últimos tempos é o de “desenvolvimento alternativo”. Ele reflete uma insatisfação com os resultados dos programas de desenvolvimento nos últimos 60 anos. Na opinião de Rajni Kothari (1989), esses problemas refletem a existência de um modelo econômico único que supervaloriza a ciência, a tecnologia e o progresso, ao mesmo tempo em que rejeita outras perspectivas culturais. Para o autor, as políticas de desenvolvimento alternativo devem se basear em um novo estilo de vida, em diferentes organizações do espaço e em novas tecnologias e sistemas de produção.

Uma série de outras concepções de desenvolvimento ainda poderiam ser apresentadas, mas o que é importante de se perceber é que cada uma dessas teorias buscou se apoiar em uma definição do que o desenvolvimento é, ou seja, buscou

se legitimam a partir de uma suposta essência do desenvolvimento. Elas aceitaram o desenvolvimento como um aspecto indiscutível da realidade e se lançaram na tentativa de obter uma definição precisa e inequívoca deste fenômeno. Até mesmo os mais ferrenhos críticos das práticas de desenvolvimento acreditaram na possibilidade de se ter algum tipo de desenvolvimento *real*, diferente daquele que estaria sendo praticado no momento.

O que esta dissertação se propõe a fazer é questionar a noção de que o desenvolvimento é um aspecto natural e essencial da realidade. Isso não equivale a dizer que as condições de vida nunca irão melhorar. O que está em questão é a idéia de que desenvolvimento seja um fenômeno *natural*, que sempre existiu e cuja forma “original” ou “essencial” pode e deve ser promovida de modo neutro, beneficiando a todos.

O capítulo 2 da dissertação se baseia no estudo da governamentalidade para demonstrar que é somente a partir do início do século XX que o desenvolvimento surge como um dos elementos que organiza a política nacional e internacional. Ao contrário do que se supõe, portanto, o desenvolvimento não é um fenômeno natural, e a sua existência é fundamentada em uma maneira específica de se exercer o poder e de demarcar suposições verdadeiras e falsas. Adota-se como hipótese a idéia de que as teorias e práticas do desenvolvimento nunca poderão ser neutras, pois são expressões de um dispositivo de saber-poder – o desenvolvimento – que atua no sentido de administrar as populações por meio da discriminação entre aqueles que são capazes de conduta autônoma e aqueles que não são. Partindo desse diagnóstico, o estudo do desenvolvimento se afasta da busca pela essência e se desloca para a análise das disputas políticas que ocorrem em nome do desenvolvimento, isto é, as disputas políticas cuja coerência e validade decorrem do pressuposto de que o desenvolvimento existe. Pode-se dizer, nesse sentido, que a análise deixa de focar no que o desenvolvimento *é*, e passa a focar no que o desenvolvimento *faz*.

Os capítulos 3 e 4 se destinam à aplicação desse modo de se estudar o desenvolvimento. Para tanto, utiliza-se como estudo de caso o Acordo do Nordeste, firmado em 1962 entre os Estados Unidos e o Brasil. O terceiro capítulo irá focar na apresentação do histórico desse acordo, dando especial atenção às disputas que ocorriam entre as agências responsáveis por sua implementação: a United States Agency for International Development (USAID) e a

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Adicionalmente, analisa-se o modo como a teoria da modernização serviu de base para as concepções de desenvolvimento que eram defendidas pela USAID.

O quarto capítulo, por sua vez, tem por objetivo demonstrar que as disputas entre a SUDENE e a USAID decorriam de duas concepções diferentes de desenvolvimento. Sendo assim, apresentamos as idéias de Celso Furtado, que balizavam o projeto de desenvolvimento da SUDENE, e analisamos a maneira como estas se opunham à teoria da modernização.